

| **Simpósio - Como se faz uma tese em sociologia da educação?** |

Como se faz – ou o que faz uma tese em Sociologia (da Educação)?

Maria Manuel Vieira

Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

Acredito que certamente muitos leitores deste Jornal já terão concluído “uma tese em Sociologia da Educação”, dispondo, assim, de uma resposta pessoal e (in)transmissível, alicerçada na experiência, à pergunta de partida colocada pelos editores.

Na verdade, o texto-convite à apresentação de contribuições para este número é ocasião para os autores-editores ensaiarem uma reflexão sobre os atuais contextos sociais de produção de conhecimento científico. Diria mesmo que os novos desafios elencados no texto são válidos para pensar qualquer outro domínio do saber: os espaços (agora escolarizados) e os tempos (tendencialmente curtos) de fabrico de dissertações; o perfil dos públicos

das pós-graduações (maioritariamente não profissionais da academia e frequentemente estrangeiros à matriz disciplinar eleita); o processo de orientação de teses (não-singularizado e/ou fortemente massificado); ou os contornos da ética no processo de pesquisa suscitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, são desafios transversais que hoje se colocam a todos os contextos de investigação que visam desembocar em uma dissertação.

Ora, é precisamente porque partilho a definição de Umberto Eco do que é uma tese - «um trabalho (...) em que o estudante trata um problema respeitante à área de estudos em que se quer formar» - que decidi converter o “como” em “que” no

título deste número temático, como pretexto para reflexão sobre o que entendo o que faz uma tese em Sociologia da Educação - e suas implicações éticas.

Fazer ciência - qualquer que seja o domínio científico considerado - implica interrogar de uma outra forma, para se aceder à descoberta de novas respostas. Esse exercício, fundacional da ciência moderna, pauta-se por procedimentos e regras próprias (um método) sobre os quais se funda a produção de novos produtos-conhecimento. A prática científica não dispensa tais procedimentos, inerentes às competências específicas dos profissionais de ciência e consagrados nos códigos deontológicos das respetivas associações profissionais. A Sociologia não é exceção. No código que a rege defende-se que a prática sociológica implica responsabilidades (para com a sociedade e com a Sociologia): de atualização de conhecimentos, de autonomia científica, de

objetividade na análise da realidade social e de isenção no exercício profissional (APS, 1992).

Princípio basilar para se poder “tratar um problema respeitante à área de estudos em que se quer formar” é, pois, estar minimamente familiarizado com o património (teórico, metodológico, problemático) da disciplina/área de estudo em questão. Defendo, há muito, que reclamar-se de uma dada ciência significa “reconhecer a sua identidade - mesmo que seja para a questionar - e funcionar de acordo com a sua linguagem” (Resende e Vieira, 1993: 151). Elemento não acessório, este, uma vez que a comunicação entre pares, através de uma dada linguagem (formal), não só é constitutiva do processo de construção de conhecimento, como é o cerne da sua legitimação. Assim, longe de constituir um mero capricho epistemológico ou um abominável etnocentrismo científico, conhecer a disciplina que se reivindica é requisito básico de honestidade intelectual.

Ora, pretender fazer uma tese em Sociologia (de Educação) munido de um arsenal teórico totalmente alheio à Sociologia, constitui a meu ver, afirmo-o de forma clara e sem eufemismos, uma fraude – e, nessa medida, um problema ético.

Tal postura não significa a renúncia ao diálogo com outras disciplinas/outros corpos conceptuais disciplinares na problematização e análise de objetos de estudo que o requeiram. Significa, isso sim, a necessidade de clarificar o centro de interesse na Sociologia enquanto matriz nodal, quando se fala de Sociologia da Educação.

Por esta altura os leitores estarão a interrogar-se sobre o motivo do uso do parêntesis, no título e no texto, quando convoco esta especialização disciplinar, sugerindo o primado da Sociologia sobre a Educação. A razão decorre da minha assunção anterior: não entendo a Sociologia da Educação enquanto recorte disciplinar autossuficiente e autonomizado da matriz sociológica

mais ampla que lhe dá origem, mas sim como aplicação da perspectiva peculiar da Sociologia ao estudo de fenómenos sociais identificáveis com o universo educativo.

Por outro lado, não reconheço equivalência de termos entre Sociologia e Educação. Se a primeira se ocupa do estudo de fenómenos que ocorrem na sociedade, a segunda refere-se a um campo temático (para as ciências que a abordam) e a um domínio de atuação profissional (para os especialistas do ensino). Durkheim, um dos primeiros sociólogos a estudar fenómenos educativos, ancora justamente aí a distinção entre Sociologia da Educação, que busca descobrir o que é, e teorias Pedagógicas, preocupadas em determinar o que deve ser. Esta recusa em produzir normatividades ou julgamentos do real separa concepções epistemológicas e éticas do que significa praticar sociologia (da educação).

Porém, na senda de outros autores, reconheço a utilidade da designação

(Sociologia da Educação) enquanto bússola identificadora, para o público e para os pares, do teor das contribuições potencialmente produzidas no seu âmbito. Mas reconheço-o na condição de essa referência cardinal acolher um entendimento ampliado de cada um dos termos: da Sociologia – estendida ao conjunto do seu arsenal teórico, problemático e metodológico; da Educação – abrangendo não apenas fenómenos que têm lugar na escola, mas também fora dela, recobrando outros domínios educativos e/ou formativos.

Ora, partindo desta premissa, no atual contexto de produção de conhecimento científico sobre o social vislumbro três grandes desafios que se colocam a quem pretende fazer uma tese em Sociologia (da Educação), e que merecem ser debatidos.

1. Tendo em conta o notável alargamento, quer da base numérica, quer das origens disciplinares do público que hoje

ensaia os primeiros passos em Sociologia na pós-graduação, um inegável desafio prende-se com o trabalho de socialização disciplinar a realizar. Adquirir os instrumentos teórico-metodológicos fundamentais desta ciência em tempo considerado “eficaz”, segundo os constrangimentos impostos pelos novos imperativos formativos de curta duração, afigura-se tarefa exigente – quer para os candidatos, quer para os seus orientadores. As alterações contextuais de produção de dissertações entretanto ocorridas permitem mitigar essa exigência: por um lado, uma tese deixou de assumir a condição de prova de mestria (obra-prima) a realizar no auge de uma carreira académica, e generalizou-se como prova iniciática de acesso à investigação ou como prova de competência profissional acrescida na área (não académica) em que se trabalha, o que lhe retira muita da carga teórica e empírica outrora requerida; por outro lado, a escolarização da pós-graduação, quer ao nível do 2º, quer do 3º ciclo,

vem garantir o acesso a um enquadramento disciplinar de base a todos os formandos, graças às unidades de crédito que compõem o plano de estudos e instituir regularidade no acompanhamento do processo formativo.

Não obstante, perante a diversidade de públicos, e sendo o tempo instituído para produzir uma tese idêntico para todos, é fácil deduzir que a exigência colocada aos intervenientes (docentes, estudantes e orientadores) eleva-se consideravelmente. Neste capítulo, o orientador e o seu desempenho enquanto verdadeiro “coach” científico (e emocional) permanente na viagem de reconversão disciplinar empreendida pelo estudante apresenta-se como peça-chave para o êxito desta tarefa. Mais do que abrandar ou mesmo dispensar, semelhante compressão temporal da socialização disciplinar a realizar reforça inquestionavelmente o requisito de competência científica do orientador. Só dispondo de uma

sólida formação em Sociologia é que este estará nas melhores condições para guiar com rigor o percurso do orientando, ajudando-o a seleccionar, cirurgicamente e em tempo record, os caminhos teóricos e metodológicos mais ajustados ao problema em estudo. Ora, paradoxalmente, esta exigência acrescida colocada ao trabalho de orientação ocorre no momento em que a proliferação da oferta pós-graduada, não acompanhada de recursos humanos suficientes, corre o risco de provocar quer a implosão dos orientadores mais qualificados, quer a polivalência forçada dos demais docentes disponíveis, o que pode suscitar o problema ético acima assinalado.

2. Um segundo domínio de reflexão prende-se com os potenciais efeitos dos ciclos de formação curtos sobre os produtos-conhecimento por eles gerados. Ainda que reitere o primado ético-científico da Sociologia sobre a Educação no fundamento da Sociologia (da Educação), não posso deixar de

reconhecer, parafraseando Frank Parkin, que os ciclos formativos de curta duração podem conduzir a riscos de “fechamento (académico) de exclusão”. Neste caso, verificar-se-ia a tendência para um potencial micro-fechamento temático num dado recorte disciplinar bem delimitado como solução tida como mais adequada para cumprir os requisitos temporais da feitura de uma tese. Embora desejavelmente com contornos sociológicos, alguns dos produtos-conhecimento da Sociologia da Educação poderão, pois, arriscar-se a assumir a forma de nano-contributos-híper-especializados ou de meras confirmações de caminhos já trilhados com duvidoso potencial inovador para o avanço do conhecimento sociológico.

3. Uma última questão refere-se ao acesso aos terrenos empíricos. A proliferação de pesquisas em Ciências Sociais e o consequente esgotamento da disponibilidade de potenciais inquiridos, à qual acresce requisitos processuais

crescentemente pautados por apertadas regras éticas de acesso aos sujeitos e de recolha de informação (múltiplos gatekeepers para obtenção de autorização, de que são exemplos a comissão nacional de proteção de dados e as comissões de ética constituídas em cada instituição de ensino superior; procedimentos híper codificados de recolha, utilização e armazenagem de informação, para só mencionar alguns) coloca novos desafios à pesquisa sociológica. No caso dos contextos e sujeitos em destaque em muitas teses de Sociologia da Educação (escolas e alunos-crianças e jovens menores) o risco de saturação por parte dos sujeitos a estudar e o excesso de zelo que algumas instâncias de promoção/financiamento de projetos impõem no controle das questões de ética deontológica, em particular com populações consideradas vulneráveis, podem estar a contribuir para inviabilizar, a breve trecho, a pesquisa de terreno.

Tudo questões para debate nos próximos números deste Jornal – espero!

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA (1992). Código Deontológico. Lisboa: APS.

RESENDE, J.M., VIEIRA, M.M. (1993). A desconstrução de uma prática: do saber ao fazer em Sociologia da Educação. *Fórum Sociológico*, nº2, 147-167.